

A FACE EM QUESTÃO: ESTRATÉGIAS EMPREGADAS DURANTE O DEPOIMENTO DE MARCELO QUEIROGA NA CPI DA PANDEMIA

Mariana dos Santos Freitas (PPGLETRAS-UFMS), Gustavo Ribeiro Lourenço (UEMS),
Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS)

marianasantos31@hotmail.com, guszo_dark@hotmail.com, vanessahburgo@hotmail.com

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

IV Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2024

Resumo: Este trabalho tem como objetivo central analisar as questões da face durante o depoimento do ex-ministro da saúde Marcelo Queiroga na Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19. Para melhor compreensão sobre a comissão e seus tramites, abordaremos um breve histórico e as razões da necessidade desse inquérito no Brasil. O aporte teórico desta pesquisa está fundamentado nos conceitos da Análise da Conversação, o corpus está disponível no canal da TV Senado no Youtube e foi transcrito de acordo com Preti (2002). Dentre os recursos de preservação da face, este trabalho discute as formas de polidez, os procedimentos de atenuação e demais mecanismos que colaboram para a defesa da autoimagem pública do ex-ministro e dos senadores. Considerando que preservação da face é uma necessidade constante na conversação, sobretudo no discurso político, o ex-ministro emprega estratégias que buscam reduzir os riscos de ameaças à sua face positiva. De acordo com os resultados, Marcelo Queiroga tem sua face constantemente ameaçada pelos senadores e se empenha para diminuir a carga problemática do depoimento na tentativa de abrandar efeitos de sentido que possam prejudica-lo. Essas estratégias são utilizadas a fim de garantir o resguardo da responsabilidade jurídica durante a sua administração na pasta da saúde.

Palavras-chave: Trabalho de face, Polidez, CPI.

Abstract: This work aims to analyze face-work employed in the testimony of former Health Minister Marcelo Queiroga during the COVID-19 Parliamentary Inquiry Commission. To better understand this commission and its procedures, we will provide a brief overview and the reasons for the necessity of this inquiry in Brazil. The theoretical framework of this research is based on the concepts of Conversation Analysis, and the corpus is available on the TV Senado YouTube channel, having been transcribed according to Preti (2002). Among practices associated with face, this study discusses forms of politeness, mitigation devices, and other mechanisms that contribute to the defense of the public self-image of the former

minister and the senators. Considering that face-work is a constant need in conversation, especially in political discourse, the former minister employs strategies aimed at reducing the risks of threats to his positive face. According to the findings, Marcelo Queiroga's face is constantly threatened by the senators, and he strives to reduce the problematic load of the testimony in an attempt to mitigate the effects that could harm him. These strategies are used to safeguard his legal responsibility during his tenure at the Ministry of Health

Keywords: *Face-work, Politeness, Parliamentary Inquiry Commission.*

Resumen. *Este trabajo tiene como objetivo principal analizar las cuestiones del trabajo de la cara durante el testimonio del exministro de salud Marcelo Queiroga en la Comisión Parlamentaria de Investigación de la covid-19. Para una mejor comprensión sobre la comisión y sus trámites, abordaremos un breve histórico y las razones de la necesidad de dicha investigación en Brasil. El marco teórico de esta investigación se fundamenta en los conceptos del Análisis de la Conversación, el corpus está disponible en el canal de TV Senado en YouTube y fue transcrito de acuerdo con Preti (2002). Entre los recursos de preservación de la cara, este trabajo discute las formas de cortesía, los procedimientos de atenuación y otros mecanismos que colaboran en la defensa de la autoimagen pública del exministro y de los senadores. Considerando que la preservación de la cara es una necesidad constante en la conversación, sobre todo en el discurso político, el exministro emplea estrategias que buscan reducir los riesgos de amenazas a su cara positiva. De acuerdo con los resultados, la cara de Marcelo Queiroga es constantemente amenazado por los senadores, y él se esfuerza por reducir la carga problemática del testimonio en un intento de suavizar los efectos de sentido que puedan perjudicarlo. Estas estrategias se utilizan con el fin de garantizar la protección de la responsabilidad jurídica durante su administración en el Ministerio de Salud.*

Palabras clave: *Trabajo de la cara, Cortesía, Comisión Parlamentaria de Investigación.*

1. Introdução

A proposta deste trabalho é analisar as estratégias de preservação da face durante o depoimento de Marcelo Queiroga na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid- 19. Além do arcabouço teórico e das análises, é importante destacar alguns eventos a respeito da pandemia da covid-19. Por isso, dedicamos um tópico deste estudo para discorrer brevemente sobre o percurso pandêmico que levou o Brasil a implementar uma CPI para investigar ações e omissões do governo federal.

O aporte teórico desta pesquisa está fundamentado nos conceitos em Análise da Conversação (AC), especialmente em Marcuschi (2001), Goffman (1967; 2002), Brown e Levinson (1987) e Kerbrat- Orecchioni (2006), entre outros autores. O *corpus* é formado pelo depoimento do ex-ministro, disponível no *YouTube* no canal da TV Senado e transcrito conforme Preti (2002). Utilizamos os princípios concernentes à preservação da face, às formas de polidez, aos procedimentos de atenuação e a outros mecanismos que colaboram

para a defesa da autoimagem pública durante o depoimento. Considerando que a preservação da face é uma necessidade contínua na conversação, os resultados desta pesquisa evidenciam que a constante ameaça à face do ex-ministro se faz necessária pela natureza inquisidora da CPI. Além disso, a frequente tentativa de empregar estratégias discursivas reforçam a disposição do falante em diminuir os riscos de ameaça à sua face positiva. Desse modo, o ex-ministro busca, por meio das estratégias de atenuação e polidez, abrandar a carga problemática e os efeitos de sentido indesejáveis quando se trata de assuntos espinhosos acerca da sua administração na pasta da saúde.

2. Pandemia, CPI e depoimentos

No Carnaval brasileiro de 2021, ao contrário dos anos anteriores de muita festa de rua, o país enfrentava a disseminação do novo coronavírus. Nesse cenário, algumas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) foram aderidas no Brasil devido ao alastramento do vírus mortal. No dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou, através de uma portaria, que o novo coronavírus (SARS-CoV-2) era caso de emergência pública de relevância nacional. A Portaria nº 188 foi assinada pelo então ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta, que alertava sobre a doença altamente infecciosa e propunha planejamentos básicos para o combate ao vírus (Brasil, 2020). Fora do Brasil, países adotaram medidas nacionais para barrar o alastramento do vírus. No Brasil, o cumprimento das orientações andava de forma mais lenta, de maneira que o primeiro caso da doença surgiu em 26 de fevereiro de 2020.

Diante desse cenário pandêmico e de alerta mundial, a OMS sugeriu medidas de prevenção de contágio, como, por exemplo, o *lockdown* (medida que prevê o bloqueio total de um Estado em caso de emergência extrema), uso de máscara e distanciamento físico. Por outro lado, o presidente Jair Bolsonaro rejeitou tais orientações, adotando um discurso coerente com a política deliberada de imunidade de rebanho.

De acordo com Rodrigues e Costa (2022, p. 33):

O termo “imunidade de rebanho” vem da medicina veterinária e representa o processo final de controle de uma doença que acomete rebanhos, que é enfrentada por meio de vacinas. Após a imunização de um percentual elevado de animais, há uma queda importante do número de indivíduos suscetíveis à infecção do vírus [...]. Ou seja, nem na verdadeira imunidade de rebanho a vacinação é dispensada como queria Bolsonaro.

Apesar da proposta de imunidade de rebanho, o que se verificou no Brasil foi um

número descomunal de mortes causadas pelos efeitos letais da covid-19. Segundo Pereira (2021), o caso de mortes no Brasil se agravou em razão do atraso na compra de vacinas, como afirma o epidemiologista Pedro Hallal em depoimento na CPI da covid-19: “95,5 mil mortes poderiam ter sido evitadas no Brasil se o governo federal não tivesse atrasado a compra das vacinas Coronavac e da Pfizer” (Pereira, 2021). Além de verificar a não eficácia da imunidade de rebanho, é importante salientar que atualmente o número de mortos por covid-19 no Brasil ultrapassa 700 mil.

Além do alastramento de notícias falsas acerca do vírus, o agravante das mortes causadas pela doença estava na demora para a compra de vacinas. Durante o ano de 2020, em que os brasileiros passaram sem vacina, surgiram notícias a respeito de medicamentos que poderiam ser usados para o tratamento precoce da covid-19, entre eles, a hidroxicloroquina. A comunidade de especialistas internacional do Grupo de Desenvolvimento de Diretrizes da OMS publicou um artigo na revista *British Medical Journal* onde concluíram que: “a hidroxicloroquina não funciona no tratamento contra a covid-19 [...] seu uso pode causar efeitos adversos” (Coraccini, 2021). Ou seja, trata-se de um medicamento indicado sem precedentes científicos e com risco de danos à saúde.

A conjuntura do Brasil nesse período, tinha o número de mortos aumentando em um ritmo acelerado. Em razão disso, no dia 18 de janeiro de 2021, o senador Rodrigo Randolfe fez um requerimento para a realização da CPI com o objetivo de “investigar ações e omissões do governo federal no combate à covid-19, com foco especial no Amazonas, primeiro estado do país onde hospitais reportaram falta de oxigênio para pacientes” (Vieira, 2021).

A CPI teve início em 27 de abril de 2021 e terminou em 26 de outubro do mesmo ano. Ao longo desse período, foram ouvidos depoentes convocados e convidados para explicarem os trâmites e a necessidade da compra de vacinas. A investigação teve ampla participação popular conforme assinalam Rodrigues e Costa (2022, p. 17):

Pela primeira vez na história a CPI teve ampla participação social, um trabalho parlamentar que rompeu os limites do Congresso Nacional e foi transmitido, ao vivo, para todo o país pelas televisões, rádios e especialmente pelas mídias sociais, como Twitter e Youtube, por meio das quais as atividades da comissão foram acompanhadas em tempo real.

É evidente que o interesse e a participação significativa da população na CPI decorreram da possibilidade de compreender e modificar a abordagem do governo federal em

relação à pandemia e à compra de vacinas. Após longos depoimentos, o que se verificou com os resultados da CPI foram o atraso e a negligência na compra de vacinas, entre outros problemas de gestão pública. Além disso, a Comissão indiciou o presidente Jair Messias Bolsonaro por crimes contra a humanidade, prevaricação, irregularidades na utilização de verbas públicas. Portanto, tendo conhecimento de todo o contexto histórico e milhares de mortes causadas pela covid-19 no Brasil e no mundo, os depoimentos e relatos sobre o momento pandêmico são de suma importância não só no campo social, de políticas públicas ou para os registros históricos, mas, também, no âmbito linguístico.

3. A Questão da Face

De acordo com Marcuschi (2001), os estudos em AC tiveram início na década de 60, na área da Antropologia Cognitiva. O autor salienta que a conversação é a “prática social mais comum do dia-a-dia do ser humano (...) desenvolvendo um espaço privilegiado para a construção de identidades sociais no contexto real” (Marcuschi, 2001, p.5). Em outras palavras, é por meio da conversação que realizamos transações, negociamos, chegamos a acordos e tiramos conclusões, entre outras atividades fundamentais para o atravessamento do cotidiano. No entanto, para que a conversação seja objeto de estudo da AC, algumas características são necessárias:

- 1) a participação de duas ou mais pessoas;
- 2) a alternância de turnos de fala entre os participantes;
- 3) a ocorrência de forma espontânea em situações cotidianas, como na escola ou em entrevistas;
- 4) a existência de uma “identidade temporal”;
- 5) a “interação centrada” em um tema específico da conversa (Marcuschi, 2001, p. 15 e 16).

Dessa forma, nem todo diálogo pode ser considerado objeto de estudo para a essa linha de pesquisa. Alguns exemplos do que não se enquadra no escopo da teoria incluem monólogos, diálogos de novelas e diálogos ensaiados ou pré-estabelecidos, pois é essencial que sejam espontâneos e de uso cotidiano. Dessa maneira, para contemplar o objeto de estudo da AC, o gênero escolhido para este trabalho é o depoimento, como previamente mencionado.

Para tratar sobre o discurso político em questão, vertemos pelos caminhos da AC com foco na questão da face e da polidez. O conceito de face, elaborado por Goffman (1967),

refere-se ao valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si por meio da linha de ação que os outros pressupõem que ela tenha adotado durante um contato específico. Goffman (2002, p. 25) aborda a interação do indivíduo na sociedade como uma peça teatral, na qual esse ator “pode estar sinceramente convencido de que a impressão de realidade que encena é a verdadeira realidade”. O pesquisador utiliza o termo “representação” para se referir à atividade contínua de um indivíduo perante um grupo específico de pessoas em que ele exerce alguma influência. Assim, o falante pode ter convicção (ou não) no papel que está representando. Conforme o autor (2002, p. 29):

toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será conveniente denominar de fachada à parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação.

Nesse contexto, o termo “fachada” é definido como o “equipamento expressivo de tipo **padronizado intencional** ou **inconscientemente** empregado pelo indivíduo durante sua representação” (Goffman, 2002, p. 29, grifo nosso). Isso significa que o indivíduo possui um padrão interno para agir, ou não, de determinada forma, dependendo da situação em que está inserido.

Goffman assevera que (1967, p. 5) a “face é uma imagem de si delineada segundo certos atributos sociais aprovados - embora seja uma imagem que outros possam compartilhar” (tradução nossa)¹. Nesse sentido, destaca-se que, durante a interação, há uma imagem a ser sustentada, podendo ser natural ou não ao interlocutor. O pesquisador explora diversas estratégias empregadas por falantes a fim de gerenciar suas faces durante as interações sociais, como manutenção da face e, até mesmo, a perda da face.

Brown e Levinson (1987) reelaboraram a noção de face, empregando os termos “face positiva” e “face negativa”. A face positiva está ligada à necessidade de ser aceito pelos outros, de ser tratado como um membro do mesmo grupo, e de saber que suas necessidades são compartilhadas com os outros. Já a face negativa diz respeito à necessidade de ser independente, de ter liberdade de ação, de não sofrer imposições, interrupções ou impedimentos dos outros, e de manter seu território protegido.

¹No original: “Face is an image of self delineated in terms of approved social attributes-albeit an image that others may share (...)”.

Os atos ameaçadores da face, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 79), podem ser resumidos como:

- 1- **Atos que ameaçam a face negativa do emissor:** caso da oferta ou da promessa. O emissor propõe ou se compromete a efetuar um ato suscetível de lesar seu próprio território, num futuro próximo ou distante;
- 2- **Atos que ameaçam a face positiva do emissor:** confissão, desculpa, auto-crítica ou outros comportamentos de auto-humilhação;
- 3- **Atos que ameaçam a face negativa do receptor:** violações territoriais paralinguísticas (contatos corporais inadequados, agressões visuais, etc). Na natureza verbal aparece na forma de perguntas indiscretas e em atos inoportunos (ordem, proibição, etc);
- 4- **Atos que ameaçam a face positiva do receptor:** colocam em risco o narcisismo do outro (crítica, reprovação, refutação, insulto, chacota, sarcasmo).

A pesquisadora (2006) propõe um aperfeiçoamento do modelo de Brown e Levinson (1987), pois afirma que dentro do conceito elaborado por eles, há uma valorização excessiva dos atos que ameaçam a face, reduzindo a polidez à sua forma negativa. Além disso, o foco de Brown e Levinson (1987), para a autora, concentra-se nos atos ameaçadores da face, denominados como *Face Threatening Acts (FTA)*. Kerbrat-Orecchioni (2006) sugere, então, os *anti-FTA* ou *FFA*, que, ao contrário dos anteriores, são atos valorizantes da face, tais como elogios, agradecimentos, entre outros:

o conjunto de atos de fala se divide, então, em duas grandes famílias, conforme produzem efeitos essencialmente **negativos** para as faces (como a ordem ou a crítica), ou essencialmente **positivos** (como o elogio e o agradecimento) (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 82, destaque da autora).

Diante do exposto, evidenciamos a importância de se compreender as dinâmicas sociais, especialmente por meio das interações comunicativas, sejam elas face a face ou não. Com efeito, nos discursos políticos e jurídicos estão constantemente envolvidas estratégias para manter uma imagem positiva do falante e evitar ameaças à sua autonomia. A questão da face é, portanto, uma lente útil para analisar o comportamento humano nas interações sociais do dia a dia e nas situações formais.

4. Polidez e Atenuação

Outra forma de olhar para a questão da face é por meio da polidez e da atenuação. Os dois conceitos estão relacionados à comunicação interpessoal e à forma como os falantes gerenciam suas interações para minimizar conflitos e preservar relações sociais harmônicas. De acordo com o princípio da polidez, elaborado por Brown e Levinson (1987), ao utilizar esse recurso, o falante tem por objetivo manter o equilíbrio social e as relações cordiais entre os interlocutores. Dessa forma, a polidez implica comportamento que respeita as necessidades de aprovação da face dos interlocutores envolvidos na interação.

Fraser (1980 *apud* Silva, 1999) distingue polidez e atenuação: “a polidez é um fenômeno mais vasto que a atenuação, cujo objetivo é modificar um ato de fala que visa à redução dos efeitos indesejados que possa ter para o interlocutor” (Silva, 1999, p. 116-117). Assim, na visão de Rosa (1992) “o abrandamento, ou atenuação, implica polidez, mas a recíproca não é verdadeira” (p. 27).

Para aprofundar a discussão acerca da atenuação e da polidez, Rosa (1992) postula que:

No caso da presença de atenuadores, certamente é difícil distinguir entre os dois conceitos (o de polidez e o de atenuação), pois o efeito de sentido resultante do enunciado parece apontar para a vinculação funcional do que é polido e do que é atenuado (...) Apesar da dificuldade apontada, a polidez é sem dúvida um fenômeno mais vasto que a atenuação, podendo prescindir dos chamados procedimentos ou elementos atenuadores (Rosa, 1992, p. 28).

À vista disso, pode-se afirmar que a polidez consiste em um conjunto de comportamentos verbais (linguísticos) e não verbais (paralinguísticos) que visa a preservar a face do interlocutor, demonstrando sensibilidade às suas emoções e expectativas. A polidez desempenha um papel crucial na manutenção de relações sociais e na prevenção de conflitos, isto é, ela permite que os falantes expressem suas opiniões ou façam solicitações de maneira respeitosa, considerando o impacto de suas palavras na face do outro.

Por outro lado, a atenuação se refere à suavização ou amenização da linguagem para torná-la menos direta ou menos ofensiva; envolve o uso de estratégias linguísticas para reduzir a intensidade da mensagem, seja ao comunicar uma notícia desagradável, fazer uma crítica ou expressar desacordo. Nesse sentido, a atenuação busca proteger a face do interlocutor e a sua própria, minimizando possíveis ameaças.

Burgo (2012) afirma que a polidez sustenta a preservação das faces (falante e ouvinte)

tanto na realização da polidez positiva quanto na polidez negativa. Assim, a polidez e a atenuação são fundamentais em contextos culturais diversos, uma vez que as normas de comunicação podem variar, e o que é considerado polido em uma cultura, pode não ser percebido da mesma forma em outra.

5. Análise dos Dados

Com base na teoria abordada nesta pesquisa, analisaremos, a seguir, excertos retirados do depoimento de ex-ministro da saúde Marcelo Queiroga, realizado em 6 de maio de 2021:

EXCERTO 1

Renan Calheiros: havia uma aparente:: um aparente::::: entendimento uma aparente convergência também com o ministro Mandetta e com o ministro Teich... *éh* como... como vossa excelência pretende agir... quando for desautorizado pelo presidente assim como foram TODos os seus antecessores no ministério... sem ex-ce-ção?

Marcelo Queiroga: senador é uma:: uma conjectura né...

[

Renan Calheiros: eu estou contando fatos

Marcelo Queiroga: uma possível desautorização eu entendo que o presidente da república é o chefe do Estado... é o chefe do poder executivo e eu exerço um CArGo de confiança do presidente da república... *éh*::: a minha posição ela e tomada diante ((incompreensível dada a sobreposição de vozes))

[

Renan Calheiros: mas não foi essa a pergunta... se o senhor for desautorizado como foram *éh*::: Mandetta e o que é que o senhor fará nesta condição?

Marcelo Queiroga: senador é uma questão conjec/ de uma conjectura... *éh*::: eu tenho que subsidiar o presidente com informações técnicas pra que o presidente tome as melhores decisões... o presidente da república ele pode nomear ou demitir um ministro a qualquer momento... é atribuição dele

[

Renan Calheiros: tá isso nós sabemos... isso nós sabemos

Marcelo Queiroga: agora o que eu vou... a minha tomada de decisão eu vou tomar decisão sobre algo que não está acontecendo?

No início do diálogo, a pergunta do senador Renan Calheiros surge como afirmação de que Marcelo Queiroga será desautorizado pelo presidente: “**como** vossa excelência pretende agir **quando for desautorizado**”; o senador faz a afirmação com base no histórico de outros ministros da saúde que desistiram de seus cargos pelo mesmo motivo. A ênfase nas palavras “TODos” e “ex-ce-ção” pode ser vista como uma ameaça à face negativa de Queiroga, pois deslegitima sua autonomia. É importante salientar que o uso dos termos “vossa excelência” é considerado um tratamento de polidez, mas no caso da CPI, é, também, uma questão de respeito entre colegas que ocupam cargos importantes no meio político.

Marcelo Queiroga tenta proteger sua face positiva com a seguinte frase “é uma

conjectura”, sugerindo que a situação mencionada é hipotética e, portanto, não merece uma resposta. Renan o responde com outra ameaça “eu estou contando **fatos**”, ou seja, não há uma suposição, mas a referência à acontecimentos reais na gestão do ex- presidente Jair Bolsonaro. Entretanto, na resposta ao ex-ministro, ainda sobre o assunto *desautorização*, o senador Renan produz uma tentativa de atenuação, atualizando a conjunção subordinativa causal *se*: “**se** o senhor for desautorizado”.

Queiroga tenta suavizar a questão, destacando seu papel técnico e a autoridade do ex-presidente, reforçando que não responderá com base em hipóteses. Ele evita responder diretamente sobre o que faria, preservando sua face positiva e mantendo sua posição, evitando um compromisso direto, isto é, ele encaminha a responsabilidade ao ex- presidente quando afirma que a decisão de atribuição de cargos é inteiramente dele.

Além disso, o ex-ministro reforça sua tentativa de preservação da face por meio da pergunta “eu vou tomar decisão sobre algo que não está acontecendo?”. Portanto, o excerto 1 revela uma dinâmica de preservação da face e uso de estratégias de atenuação e polidez, em que Renan Calheiros pressiona Marcelo Queiroga para uma resposta direta sobre questões delicadas ao ex-ministro, enquanto Queiroga tenta suavizar sua fala.

EXCERTO 2

Renan Calheiros: sim... *éh::* foi adequada a designação de alguém... sem formação ou experiência em gestão de saúde para assumir o ministério da saúde... em sua manutenção a frente da pasta por dez meses... durante:: a pior crise sanitária pe/pela qual o Brasil e o mundo já passaram... vossa excelência... escolheria um secretário executivo... com:: esse perfil para a sua equipe?

Marcelo Queiroga: senador a competência de escolher o ministro é do presidente da república

Renan Calheiros: mas vossa excelência falou a pouco que preenchendo... os pré-requisitos técnicos

Marcelo Queiroga:

[
quem julga isso é o presidente da república

Renan Calheiros: não não não quem julga somos nós... e vossa excelência deveria julgar também como ministro... o senhor nomearia... uma pessoa sem especificidade para ser ministro ou ser secretário executivo?

Marcelo Queiroga: eu nomeei *éh::* o doutor Rodrigo Cruz que tem qualificação técnica

Renan Calheiros: o tempo do verbo está errado o senhor nomearia... o senhor nomearia? É só uma pergunta

Renan Calheiros ameaça a face positiva de Queiroga quando questiona a adequação de nomeações feitas no ministério da saúde, sugerindo que pessoas sem formação ou experiência adequada foram nomeadas durante a pandemia. Buscando preservar a sua face, Queiroga desvia a responsabilidade da decisão, afirmando que: “a competência de escolher ministro é do presidente da república”. Ao reforçar a autoridade do ex-presidente, Queiroga tenta atenuar qualquer implicação de que ele poderia ou deveria ter um papel diferente no processo de nomeação.

Nesse excerto, Renan insiste em obter respostas diretas que podem ameaçar a face de

Queiroga que, por sua vez, tenta proteger sua face atribuindo a responsabilidade para o ex-presidente, enfatizando suas próprias nomeações. A dinâmica revela uma tentativa constante de ameaça e preservação da face.

EXCERTO 3

Alguém da bancada: senhor presidente... senhor presidente... () senhor presidente... observe o duzentos e treze do código de processo penal... que... se aplica absolutamente a esse contexto... isso é direcionamento da testemunha olha o que diz o duzentos e treze do CPP que está sendo invocado aqui... o juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais (...)

((o Senador Randolfe Rodrigues toma a palavra e a sobreposições de vozes torna o diálogo incompreensível, depois disso Omar Aziz responde como vemos abaixo))

Omar Aziz: (...) um homem que passou no mínimo seis anos numa universidade para se formar em medicina mais dois de residência... mais não sei quantos anos... pra se tornar o que for não pode chegar aqui e a gente não ter o respeito por ele... ele mesmo pra ele o ministério não é atividade fim da vida dele... ele sai do ministério que é passageiro... e vai continuar como profissional que é... respeitado no meio (...) é que vossa excelência como está colocando isso vai ficar eternamente na sua vida por isso eu lhe aconselho... ministério cargo *é h* de qualquer coisa passa na nossa vida... a nossa vida vale mais do que um cargo... que você possa exerce M^Omentaneamente ou temporariamente por isso... eu lhe aconselho vossa excelência ser bastante objetivo e falar... somente a verdade aqui pra que não haja... mais tarde... problemas pessoais... com vossa excelência porque pelo andar da carruagem se troca de ministro da saúde como se troca de camiseta pelo que a gente vê aqui

Um dos senadores da bancada (cujo nome não apareceu na tela e não foi possível identificar por vídeo) entrevistou a fim de acusar como inadequada a condução do procedimento. O mesmo senador sugere que a testemunha está sendo direcionada e menciona o Código de Processo Penal. Essa fala manifesta-se como ameaça à face positiva daqueles que estão conduzindo o interrogatório.

Em seguida, na tentativa de proteger a face positiva sua e de seus colegas, o senador Omar Aziz reforça a competência profissional de Queiroga, enfatizando sua formação e experiência, além de destacar que o ministério é uma posição temporária, o que minimiza a pressão sobre Queiroga em sua função atual. Ao fazer isso, Aziz tenta criar um ambiente mais respeitoso e compreensivo, suavizando possíveis tensões e críticas. O recurso linguístico em questão é uma tentativa de preservar sua face e agir de modo elogioso com o ex-ministro.

Nesse excerto, nota-se, então, tanto a polidez positiva, ao mencionar as “competências”, quanto a teoria dos atos lisonjeiros de Kerbrat-Orecchioni (2006), os *Anti-FTA* ao enfatizar o percurso acadêmico de Queiroga. A interação revela um esforço contínuo e, muitas vezes, ineficaz, para manter a polidez e a atenuação em um contexto potencialmente conflituoso.

6. Considerações Finais

Ante o exposto, consideramos que as interações analisadas revelam uma dinâmica intensa de preservação da face, polidez e atenuação em um contexto de alta tensão política/jurídica. Renan Calheiros desafia Marcelo Queiroga com perguntas diretas e críticas, utilizando uma combinação de formalidade e apelos que convocam o ex-ministro à responsabilidade e, para isso, é necessária a ameaça constante à face de Queiroga. Em resposta, Queiroga adota estratégias para evitar comprometer sua posição ao desviar a responsabilidade para o ex-presidente, enfatizando sua competência técnica e utilizando formalidades como mecanismo de atenuação. Intervenções como as de Omar Aziz buscam suavizar a tensão, mas, também, destacam a inconstância política e a necessidade de respostas diretas, responsáveis e verdadeiras.

Essa dinâmica revela a complexidade das interações em um cenário político marcado por desafios, caso da pandemia da covid-19. Revolta e indignação marcaram esse período histórico tão importante para os brasileiros que acompanharam de forma ativa os depoimentos e ocorrências da CPI. Diante desse ambiente discursivo, considera-se que a insistência em ameaçar a face do outro, neste contexto, foi empregada para além das estratégias conversacionais; surge como uma questão de necessidade de averiguação da responsabilidade política e jurídica dos governantes e ministros daquele período.

7. Referências

- BRASIL. *Ministério da Saúde*. Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html. Acesso em: 17 out. 2022.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BURGO, Vanessa Hagemeyer. Efeitos da atenuação no discurso político: polidez e preservação da face na interação verbal. *Revista investigações*, v. 25, n 2, julho/2012.
- CORACCINI, Raphael. *OMS: Hidroxicloroquina não funciona contra Covid-19 e pode causar efeito adverso*. CNN Brasil, 02 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/oms-cloroquina-nao-funciona-contra-a-covid-19-e-podecausar-efeitos-adversos/>>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. Garden City, N. Y.: Anchor/Doubleday, 1967.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10 ed. Tradução: Maria Cecília Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 2002.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Tradução: Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. Ática: São Paulo, 2001.
- PRETI, Dino. Normas para transcrição dos exemplos. In: PRETI, Dino. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 15-16 (Projetos Paralelos 5).
- PEREIRA, Tiago. *Atraso nas vacinas causou 95,5 mil mortes evitáveis, afirma pesquisadora CPI*. Rede Brasil Atual, 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/cpi-vacinas-atraso-mortes-evitaveis/>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- RODRIGUES, Giovana. *Lula: história, carreira política e fatos marcantes*. Fala Universidades. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/lula-historia/>. Acesso em: 23 set. 2023.
- RODRIGUES, Randolfe; COSTA, Humberto. *A política contra o vírus: bastidores da CPI da covid*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- ROSA, Margaret. *Marcadores de atenuação*. Contexto: São Paulo, 1992.
- SILVA, Antônio Luiz da. Polidez na interação professor/aluno. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudos da língua falada: variações e confrontos*. – São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 1998, p. 109-130 (Projetos Paralelos 3).
- VIEIRA, Anderson. *Com Omar Aziz na presidência e Renan na relatoria, CPI da Pandemia é instalada*. Senado Notícias, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/27/com-omar-aziz-na-presidencia-e-re-nan-na-relatoria-cpi-da-pandemia-e-instalada>. Acesso em: 16 out. 2022.